



Santa Casa da Misericórdia de Mora

Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2023

Índice

Balanco	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios	5
Demonstração de Fluxos de Caixa	6
Anexo	7
1. Identificação da Entidade.....	7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	7
3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	8
4. Ativos Fixos Tangíveis.....	13
5. Ativos Intangíveis.....	15
6. Investimentos Financeiros.....	16
7. Locações.....	17
8. Custos de Financiamentos Obtidos.....	17
9. Inventários.....	18
10. Rédito.....	19
11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	19
12. Subsídios e outros apoios das entidades públicas.....	19
13. Imposto sobre o Rendimento.....	21
14. Benefícios dos empregados.....	21
15. Ativos Biológicos.....	22
16. Outras Divulgações.....	23
17. Outras Informações.....	23
17.1 Acontecimentos após data do Balanço.....	23
17.2 Créditos a receber (Clientes e Utentes).....	23
17.3 Outros Ativos Correntes.....	24
17.4 Diferimentos.....	24
17.5 Caixa e Depósitos Bancários.....	24
17.6 Fundos Patrimoniais.....	25
17.7 Fornecedores.....	25
17.8 Estado e Outros Entes Públicos.....	25
17.9 Outros passivos correntes.....	26
17.10 Fornecimentos e serviços externos.....	26
17.11 Aumentos / Reduções de justo valor.....	27
17.12 Outros rendimentos.....	27
17.13 Outros gastos.....	27
17.14 Gastos Financeiros.....	28
17.15 Partes relacionadas.....	28
17.16 Aplicação de Resultado Líquido do Período.....	29

Balança

BALANÇO em 31 de Dezembro de 2023

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2023	31-12-2022
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	4.2	10 505 559,87	10 303 630,95
Bens do património histórico e cultural	4.1	202 877,16	193 563,23
Investimentos financeiros	6	388 738,03	398 849,78
		11 097 175,06	10 896 043,96
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	9 e 15	1 093 802,84	1 974 450,44
Créditos a Receber	17.2	221 430,36	272 304,90
Estado e outros Entes Públicos	17.9	3 615,92	6 435,44
Diferimentos	17.4	10 603,43	12 598,16
Outros Ativos Correntes	17.3	570 898,89	1 099 196,37
Caixa e Depósitos Bancários	17.5	1 335 920,90	1 403 127,99
		3 236 272,44	4 768 113,30
TOTAL DO ATIVO		14 333 447,50	15 664 157,26
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundos	17.6	5 768 976,13	5 768 976,13
Resultados Transitados	17.6	7 168 232,27	7 472 190,68
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	17.6	1 342 252,49	861 403,63
Resultado Líquido do Período	17.6	(973 298,64)	(303 958,41)
Total dos Fundos Patrimoniais		13 306 162,25	13 798 612,03
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	7 e 8	-	-
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	17.7	65 026,41	69 390,57
Estado e outros Entes Públicos	17.8	84 454,51	70 789,55
Financiamentos obtidos	7 e 8	-	2 085,36
Diferimentos	17.4	368 795,11	1 280 957,64
Outros Passivos Correntes	17.9	509 009,22	442 322,11
		1 027 285,25	1 865 545,23
Total do Passivo		1 027 285,25	1 865 545,23
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		14 333 447,50	15 664 157,26

Mora, 18 de Março de 2024

A Contabilista Certificada

A Mesa Administrativa

Paula da Conceição Martins Teles

António
Teresa da Mota Marques Brito

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período Findo em 31 de Dezembro de 2023		Unidade Monetária: Euros	
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		2023	2022 Re expesso
Vendas e Serviços Prestados	10	3 572 667,26	2 821 038,73
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	12	423 569,20	281 239,87
Variação nos inventários da Produção	9	(880 069,57)	174 607,45
Trabalhos para a Própria Entidade			
Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	9	(519 621,20)	(498 134,66)
Fornecimentos e Serviços Externos	17.10	(872 064,83)	(605 754,60)
Gastos com o Pessoal	14	(2 882 507,14)	(2 717 825,73)
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas/reversões)	17.2		
Aumentos/Reduções de Justo Valor	17.11	(181,35)	(1 811,29)
Outros Rendimentos	17.12	462 257,27	482 395,18
Outros Gastos	17.13	(44 235,71)	(43 649,07)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(740 186,07)	(107 894,12)
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	5	(232 767,92)	(195 664,75)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(972 953,99)	(303 558,87)
Juros e Gastos Similares Suportados	17.14	(344,65)	(399,54)
Resultados antes de impostos		(973 298,64)	(303 958,41)
Imposto sobre o Rendimento do Período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		(973 298,64)	(303 958,41)

Mora, 18 de Março de 2024
A Contabilista Certificada

Marta de Almeida Antunes

A Mesa Administrativa

Paulo Paulo
António
Luís
Fernando Manuel Mendes Pinheiro
João
João

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Período Findo em 31 de
Dezembro de 2023

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO		Fundos	Resultados Transitados	Outras variações fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	6	5 768 976,13	7 472 190,70	862 403,63	(304 958,43)	13 798 612,03
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			(303 958,41)	480 848,86	303 958,41	480 848,86
	7	-	(303 958,41)	480 848,86	303 958,41	480 848,86
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				(973 298,64)	(973 298,64)
RESULTADO INTEGRAL	9 = 7 + 8				(669 340,23)	(492 449,78)
	10	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2023	6+7+8+10	5 768 976,13	7 168 232,29	1 343 252,49	(974 298,66)	13 306 162,25

Período Findo em 31 de
Dezembro de 2022

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO		Fundos	Resultados Transitados	Outras variações fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	1	5 768 976,13	7 363 005,38	890 675,43	108 185,32	14 130 842,26
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			109 185,32	(28 271,80)	(109 185,32)	(29 171,80)
	2	-	109 185,32	(28 271,80)	(109 185,32)	(29 171,80)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				(303 958,43)	-
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				(109 185,32)	(29 171,80)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2022	6=1+2+3+5	5 768 976,13	7 472 190,70	862 403,63	(304 958,43)	13 798 612,03

Mora, 18 de Março de 2024
A Contabilista Certificada

Pauline do Carmo Pereira Santos Telles

A Mesa Administrativa

Pauline

Ata

[Signature]

Fernando de Sousa Marques Brito

[Signature]

[Signature]

Demonstração de Fluxos de Caixa

Período Findo em 31 de Dezembro de 2023

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERIODOS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		3 649 038,10	1 839 027,16
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios		(2 855,95)	(2 828,42)
Pagamentos de bolsas		(4 800,00)	(7 200,00)
Pagamento a fornecedores		(883 025,26)	(1 208 742,30)
Pagamentos ao pessoal		(2 856 086,04)	(1 799 302,53)
Caixa gerada pelas operações		(97 729,15)	(1 179 046,09)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		863 033,75	566 252,66
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		765 304,60	(612 793,43)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(447 896,84)	(144 917,12)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		(388,24)	(10 541,60)
Outros Ativos (bens do património histórico e cultural)	4.1	(9 313,93)	(8 674,00)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	4 014,52
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros	6	50 000,00	70 000,00
Outros Ativos		359 870,02	337 359,14
Subsídios ao investimento		346 792,76	28 751,01
Juros e rendimentos similares		25,41	136,87
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(299 089,18)	276 128,82
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Doações		1 445,69	478,64
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(2 085,36)	(4 982,62)
Juros e gastos similares	17.14	(344,65)	(399,54)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(984,32)	(4 903,52)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		535 529,97	(341 568,13)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	17.5	1 403 127,99	1 744 696,12
Caixa e seus equivalentes no fim do período	17.5	1 335 920,90	1 403 127,99

Mora, 18 de Março de 2024

A Contabilista Certificada

Paula de Almeida Antunes Teles

A Mesa Administrativa

Paula Antunes
 [Assinatura]
 [Assinatura]
 [Assinatura]

Anexo

1. Identificação da Entidade

1.1 Denominação da Entidade

Santa Casa da Misericórdia de Mora (SCMM)

1.2 Sede

Rua São João de Deus s/n 7490-252 Mora

1.3 Natureza da atividade

A **Santa Casa da Misericórdia de Mora (SCMM)** é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS, registada na Direção Geral de Ação Social sobre o n.º 2/82 a folhas 16 e verso do Livro n.º 1 das Irmandades da Misericórdia, tem a sua sede em Mora, na Rua S. João de Deus. Constituída na ordem jurídica canónica tem como objetivo satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico.

No âmbito da sua atividade social a Instituição desenvolve as ações principais nos sectores da Segurança Social, Saúde e Educação.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo (SNC-ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomaram-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo). A entidade reconhece os rendimentos e gastos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

- Materialidade e agregação. As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras.

- Compensação. Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração de resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos e vice-versa.

- Comparabilidade. As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2023 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

2.2 Indicação e justificação das disposições da normalização para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC e normas que integram a normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL).

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

Na preparação das presentes demonstrações financeiras não foram excecionalmente derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL tendo em vista a necessidade de as mesmas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Entidade. O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 Principais políticas Contabilísticas

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Santa Casa da Misericórdia de Mora, mantidos de acordo com NCRF para as Entidades do Setor não Lucrativo em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.1.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações. O custo de aquisição inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	
(Descrição)	Vida Útil (Anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	6

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.1.2 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso e contabilizados pela primeira vez.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de permitir atividades presentes e futuras e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.1.3 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade. As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela ao lado:

ATIVOS INTANGÍVEIS	
(Descrição)	Vida Útil (Anos)
Outros Ativos Intangíveis	3

3.1.4 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade. Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período.

3.1.5 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao custo de aquisição. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.1.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

i. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros -
As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

ii. Créditos a receber e outros ativos correntes
Os "Clientes" e os "Outros créditos a receber" encontram-se registados pelo seu valor nominal.

iii. Caixa e Depósitos Bancários
A rubrica "Caixa e depósitos bancários" incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

iv. Fornecedores e Outros passivos correntes
As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.1.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos por terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.1.8 Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. Não se constituíram provisões no exercício.

3.1.9 Financiamentos Obtidos

i. Financiamentos obtidos. Os "Financiamentos Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados". Os "Encargos Financeiros" de "Financiamentos Obtidos" estão relacionados com juros de locação financeira. Os "Financiamentos Obtidos" estão divulgados na Nota 8.

ii. Locações. Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como: *Locações Financeiras* quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou *Locações operacionais* quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.1.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.1.10 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) nº 1 do artigo 10º do Código do Imposto das Pessoas Coletivas, a Instituição está isenta de IRC. Para o efeito observam-se ainda as isenções concedidas:

1. Por despacho de 26/09/1989 do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, publicado no DR nº 270, III Série de 23 de Novembro de 1989 e;
2. Por despacho conjunto nº 95/97 dos Srs. Ministros das Finanças e da Solidariedade e Segurança Social, publicado no DR nº 149, II Série de 01/07/1997.

3.1.11 Ativos Biológicos

As Demonstrações Financeiras devem refletir os efeitos da transformação biológica, representados pelas alterações do justo valor dos ativos biológicos.

O modelo do custo não reflete os efeitos da transformação biológica devido à diferença entre a fase inicial e a fase da colheita. Sempre que aplicação do justo valor não seja fiavelmente mensurado os ativos são valorizados ao custo histórico menos as depreciações acumuladas.

Os ativos biológicos subdividem-se em consumíveis e de produção.

Na classe de Ativos Biológicos de Produção a Mesa Administrativa optou por não registar ao seu justo valor por entender que, face à natureza dos ativos em avaliação, a determinação daquele depende de pressupostos que poderão não ser fiavelmente apurados, e conseqüentemente o eventual justo valor não seria mensurado com fiabilidade. Estão nesta classe os Ativos Biológicos classificados anteriormente em POC no Imobilizado Corpóreo.

É no entanto convicção da Mesa Administrativa, com base em alguns indicadores, que com a política seguida de registo dos ativos biológicos ao custo de aquisição não resultam diferenças materialmente relevantes face ao seu registo ao justo valor.

Na classe dos Ativos Biológicos consumíveis, Cortiça pela valorização do fruto pendente, são mensurados ao justo valor deduzido dos custos estimados desde aí ao ponto de venda, tendo como ponto de base a qualidade do produto vendido aquando da última extração, a cotação no SIMA, e ainda as condições que o mercado atual paga.

3.1.12 Subsídios e Apoios do Governo

Os subsídios e apoios do governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições a ele associadas e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis devem ser inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais e subseqüentemente, imputadas numa base sistemática

como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem. Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão de subsídio a favor da Instituição, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios são recebidos.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos. Um subsídio pode tornar-se recebível pela Instituição como compensação por rendimentos incorridos num período anterior. Um tal subsídio é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para assegurar que o seu efeito seja claramente compreendido.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo exercício em que são reconhecidos os gastos das ações e atividades subsidiadas.

3.1.13 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

3.1.14 Especialização dos Exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas e são registadas nas rubricas de diferimentos.

3.1.15 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

b) Outras políticas contabilísticas.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF- ESNL.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro.

Com base na informação disponível e expectativas futuras, a SCMM continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas.

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

3.2 Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

Não existiram alterações às políticas contabilísticas aplicadas no ano.

3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Santa Casa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber e subsídios à exploração.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

3.4 Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

Não se verificaram correções de erros de períodos anteriores.

4. Ativos Fixos Tangíveis

4.1 - Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2023 e 2022, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

BENS PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTISTICO E CULTURAL						Unidade Monetária: Euros
Custo	Saldo em 01/01/2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2023
Museus	193 563,23	9 104,00	0,00	0,00	0,00	202 667,23
Bens móveis	0,00	209,93	0,00	0,00	0,00	209,93
Total	193 563,23	9 313,93	0,00	0,00	0,00	202 877,16

Unidade Monetária: Euros

Custo	Saldo em 01/01/2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2022
Museus	184 889,23	8 674,00	0,00	0,00	0,00	193 563,23
Bens móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	184 889,23	8 674,00	0,00	0,00	0,00	193 563,23

4.2 - Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2022. No quadro seguintes apresenta-se de forma detalhada as aquisições, abates e alienações, as depreciações e outras alterações no ano 2023. A obra do lar de idosos encontra-se em fase de conclusão, sendo que o mesmo já se encontra a ser utilizado pelos utentes e colaboradores. Deste modo transferimos o valor registado em Ativos Fixos Tangíveis em Curso para Ativo Fixo Tangível.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Unidade Monetária:
Euros

Custo	Saldo em 01/01/2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2023
Terrenos e recursos naturais	4 027 859,92	0,00	0,00	0,00	0,00	4 027 859,92
Edifícios e outras construções	7 801 713,74	1 348 516,74	0,00	0,00	0,00	9 150 230,48
Equipamento básico	1 261 295,99	18 436,97	0,00	0,00	0,00	1 279 732,96
Equipamento de transporte	437 910,06	102 173,39	0,00	0,00	0,00	540 083,45
Equipamento administrativo	815 333,38	13 728,73	0,00	0,00	0,00	829 062,11
Equipamento biológico	384 526,32	0,00	0,00	0,00	0,00	384 526,32
Outros Ativos fixos tangíveis	108 214,17	15 965,40	0,00	0,00	0,00	124 179,57
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	1 246 028,75	284 392,35	0,00	-1 348 516,74	0,00	181 904,36
Total	16 082 882,33	1 783 213,58	0,00	-1 348 516,74	0,00	16 517 579,17

Depreciações acumuladas

Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	3 399 099,32	162 849,24	0,00	0,00	0,00	3 561 948,56
Equipamento básico	1 122 131,97	31 664,45	0,00	0,00	0,00	1 153 796,42
Equipamento de transporte	412 750,00	13 846,35	0,00	0,00	0,00	426 596,35
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	759 202,27	19 662,93	0,00	0,00	0,00	778 865,20
Outros Ativos Fixos Tangíveis	86 067,82	4 744,95	0,00	0,00	0,00	90 812,77
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	5 779 251,38	232 767,92	0,00	0,00	0,00	6 012 019,30

Ativos Fixos Tangíveis	Valor Total	Total Depreciações	Saldo Final
Ano 2023	16 517 579,17	6 012 019,30	10 505 559,87

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Unidade Monetária: Euros

Custo	Saldo em 01/01/2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2022
Terrenos e recursos naturais	4 027 859,92	0,00	0,00	0,00	0,00	4 027 859,92
Edifícios e outras construções	7 783 153,08	18 560,66	0,00	0,00	0,00	7 801 713,74
Equipamento básico	1 232 119,49	31 343,04	-2 166,54	0,00	0,00	1 261 295,99
Equipamento de transporte	437 910,06	0,00	0,00	0,00	0,00	437 910,06
Equipamento biológico	384 526,32	0,00	0,00	0,00	0,00	384 526,32
Equipamento administrativo	819 656,15	13 267,46	-17 590,23	0,00	0,00	815 333,38
Outros Ativos Fixos Tangíveis	95 674,30	18 562,95	-6 023,08	0,00	0,00	108 214,17
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	1 173 282,89	72 745,86	0,00	0,00	0,00	1 246 028,75
Total	15 954 182,21	154 479,97	-25 779,85	0,00	0,00	16 082 882,33

Depreciações acumuladas

Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	3 264 528,52	134 570,80	0,00	0,00	0,00	3 399 099,32
Equipamento básico	1 093 574,97	30 723,54	-2 166,54	0,00	0,00	1 122 131,97
Equipamento de transporte	404 370,02	8 379,98	0,00	0,00	0,00	412 750,00
Equipamento administrativo	759 336,82	17 455,68	-17 590,23	0,00	0,00	759 202,27
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Fixos Tangíveis	85 733,95	4 534,75	-4 200,88	0,00	0,00	86 067,82
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	5 607 544,28	195 664,75	-23 957,65	0,00	0,00	5 779 251,38

Ativos Fixos Tangíveis	Valor Total	Total Depreciações	Saldo Final
Ano 2022	16 082 882,33	5 779 251,38	10 303 630,95

5. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Unidade Monetária: Euros

Custo	Saldo em 01/01/2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2023
Outros Ativos Intangíveis	23 343,74	0,00	0,00		0,00	23 343,74
Total	23 343,74	0,00	0,00	0,00	0,00	23 343,74
Depreciações acumuladas						
Outros Ativos Intangíveis	23 343,74	0,00	0,00		0,00	23 343,74
Total	23 343,74	0,00	0,00	0,00	0,00	23 343,74

Custo	Saldo em 01/01/2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2022
Outros Ativos Intangíveis	23 343,74	0,00	0,00		0,00	23 343,74
Total	23 343,74	0,00	0,00	0,00	0,00	23 343,74
Depreciações acumuladas						
Outros Ativos Intangíveis	23 343,74	0,00	0,00		0,00	23 343,74
Total	23 343,74	0,00	0,00	0,00	0,00	23 343,74

6. Investimentos Financeiros

Os "Investimentos Financeiros" ocorridos nos períodos de 2023 e 2022 foram os seguintes:

INVESTIMENTOS FINANCEIROS						Unidade Monetária: Euros
	Saldo em 01-01-2023	Aquisições	Alienações	Transferências	Varição do Justo Valor	Saldo em 31-12-2023
Participações de Capital	312 198,73	44 049,41				356 248,14
Empréstimos Concedidos	50 000,00		-50 000,00			0,00
Outros Investimentos Financeiros	36 651,05	2 985,43	-7 146,59			32 489,89
Total	398 849,78	47 034,84	-57 146,59	0,00	0,00	388 738,03

INVESTIMENTOS FINANCEIROS						Unidade Monetária: Euros
	Saldo em 01-01-2022	Aquisições	Alienações	Transferências	Varição do Justo Valor	Saldo em 31-12-2022
Participações de Capital	216 288,20	95 910,53				312 198,73
Empréstimos Concedidos	120 000,00		-70 000,00			50 000,00
Outros Investimentos Financeiros	26 504,11	14 843,12	-4 696,18			36 651,05
Total	362 792,31	110 753,65	-74 696,18	0,00	0,00	398 849,78

INVESTIMENTOS FINANCEIROS			Unidade Monetária: Euros
Descrição	2023	2022	
Investimentos em subsidiárias	356 248,14	362 198,73	
Método de Equivalência Patrimonial a)	356 248,14	312 198,73	
Empréstimos Concedidos b)	0,00	50 000,00	
Investimentos em associadas	1 897,65	3 804,83	
Método de Equivalência Patrimonial c)	1 897,65	3 804,83	
Investimentos noutras empresas	7 422,80	7 742,22	
Caixa Crédito Agrícola Moravis	498,80	498,80	
Cooperativa Agrícola Mora	7,48	7,48	
Banco Português de Gestão	1 916,52	2 235,94	
Nefrocórdia	5 000,00	5 000,00	
Outros Investimentos Financeiros	23 169,44	25 104,00	
Fundos de Compensação do Trabalho	22 374,61	24 309,17	
Fundos Reestruturação Sector Social	794,83	794,83	
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00	
Total	388 738,03	398 849,78	

- a) Referente à situação líquida da FARMORA Sociedade Unipessoal Lda. em 2023
 b) Empréstimo feito pela Santa Casa da Misericórdia de Mora à Farmora Lda.
 c) Referente à participação na situação líquida da Socimora, Lda. em 2023

Considera-se parte relacionada (analisado em pormenor na nota 17.15) a entidade "Farmora Sociedade Unipessoal Lda.", uma vez o seu capital social é detido a 100% pela Santa Casa da Misericórdia de Mora, bem como a "Socimora – Sociedade Cinegética de Mora, Lda.", cujo capital é detido em 30% pela Santa Casa da Misericórdia de Mora.

No ano de 2023 a Farmora - Sociedade Unipessoal, Lda. devolveu à Santa Casa da Misericórdia de Mora o montante de 50.000 € dos empréstimos concedidos (2022: 70 000 €). A 31.12.2023 este empréstimo encontra-se liquidado na sua totalidade.

Desde 2023 que a Santa Casa da Misericórdia de Mora passou a fazer parte do Capital Social da Nefrocórdia – Serviços de Saúde, SA. na quota-parte de 3,33 %.

7. Locações

A Entidade terminou em 2023 o contrato de locação financeira.

Unidade Monetária: Euros

	2023			2022		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	2 085,36	0,00	2 085,36
Total	0,00	0,00	0,00	2 085,36	0,00	2 085,36

Unidade Monetária: Euros

	2022			2021		
	Custo Aquisição	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Custo Aquisição	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Locações Financeiras	23 500,00	23 500,00	0,00	23 500,00	23 500,00	0,00
Total	23 500,00	23 500,00	0,00	23 500,00	23 500,00	0,00

8. Custos de Financiamentos Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica "Financiamentos obtidos" apresentava os seguintes valores:

Unidade Monetária: Euros

	2023			2022		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um Ano	0,00	0,00	0,00	2 085,36	41,71	2 043,65
De um a cinco anos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	2 085,36	41,71	2 043,65

9. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "**Inventários**" apresentava os seguintes valores:

INVENTÁRIOS					Unidade Monetária: Euros
	Inventário 01/01/2023	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário 31/12/2023	CMVMC
Mercadorias	942,40			942,40	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	53 254,38	519 043,17		52 676,35	519 621,20
Ativos Biológicos	1 920 253,66		-880 069,57	1 040 184,09	0,00
	0,00				0,00
Total	1 974 450,44	519 043,17	-880 069,57	1 093 802,84	519 621,20

					Unidade Monetária: Euros
	Inventário em 01/01/2022	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário 31/12/2022	CMVMC
Mercadorias	942,40			942,40	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	49 136,34	502 252,70		53 254,38	498 134,66
Ativos Biológicos	1 745 646,21		174 607,45	1 920 253,66	0,00
	0,00				0,00
Total	1 795 724,95	502 252,70	174 607,45	1 974 450,44	498 134,66

Nota: A partir de 2016, o ativo biológico cortiça passou a ser valorizado pelo critério do fruto pendente, tendo sido estimado 1/9 para a cortiça de todas as Herdades propriedade da Instituição, com base nas condições de venda praticadas pela mesma.

Em 2023 procedeu-se à extração (gasto) e venda (ganho) de cortiça na Herdade da Barroca e na Herdade de Pinçalinhos.

Havendo necessidade de registar anualmente a variação do fruto pendente (registo anual de 1/9 "nonos" do valor da cortiça) decidiu a mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia pela valorização de todas herdades de acordo com o §20.3 e seguintes da NCRF-ESNL, ou seja justo valor (mercado SIMA) menos custos de extração, que corresponde a 29€/@.

Tal valor influencia negativamente o resultado líquido do período.

O valor de 942,40 € (2022: 942,40 €) constante em inventário de mercadorias refere-se a bens para venda no Museu da Barroca.

De referir que os valores da rubrica "**Matérias-primas, subsidiárias e de consumo**" se desdobram da seguinte forma:

Unidade Monetária: Euros	
Matérias-Primas	787,87
Matérias Subsidiárias	51 888,48
Matérias de Consumo	0,00
Total	52 676,35

10. Rédito

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes **Réditos**:

RÉDITO	Descrição	Unidade Monetária: Euros	
		2023	2022 Re expresso
Vendas		627 444,79	45 346,40
Prestação de Serviços			
- Quotas / Mensalidades		817 355,61	826 649,17
- Reclassificação Acordos ISS			
- Creche		207 979,31	169 388,06
- Jardim Infância		20 146,69	54 636,18
- ERPI -Lar de Idosos		522 169,01	453 621,39
- Residências		118 593,74	111 892,99
- Serviço Apoio Domiciliário		216 723,76	199 991,08
- Internamento Consulas		880 445,77	844 398,46
Enfermagem			
- Meios Diagnóstico Terapeutico		87 078,56	53 297,92
- Intervenção Precoce		13 318,32	13 318,32
- Outras Prestações Serviços C/ IVA		35 513,85	31 880,37
- Outras Prestações Serviços		25 897,85	16 618,39
Isentas			
Juros		25,41	57,34
	Total	3 572 692,67	2 821 096,07

Os valores de 2022 foram reexpressos conforme justificação incluída na nota 12.

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não existe qualquer situação à data de 31 de dezembro de 2023 que necessite da realização de uma provisão.

Não se identificam ativos nem passivos contingentes.

12. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "**Subsídios do Governo**" e "**Apoios do Governo**":

SUBSÍDIOS	DESCRIBÇÃO	Unidade Monetária: Euros	
		2023	2022 Re expreso
Subsídios do Governo			
Instituto de Segurança Social - Centro Distrital			
	- Creche	121 929,28	102 591,28
	- Jardim de Infância	0,00	0,00
	- Atendimento / Acomp. Social (SAAS)	12 253,95	0,00
	- Fórum Sócio Ocupacional	0,00	0,00
	- Lar de Idosos	50 645,49	46 604,03
	- Centro de Dia	0,00	0,00
	- Serviço de Apoio Domiciliário	0,00	0,00
	- Intervenção Precoce	59 029,84	55 987,25
Outros Apoios e Subsídios			
	- Subsídios IEFP	5 596,46	23 399,94
	- Projeto CLDS 4G	75 429,17	56 374,82
	- Cáritas - Projeto POAPMC	8 079,41	890,05
	- Subsídios Covid-19 + IAPMEI	0,00	10 825,09
	- Protocolo CMM - SAAS	49 401,65	37 207,14
	- Subsídios IFAP	32 543,07	48 516,19
	- Subsídios IFAP - Pinçalinhos		0,00
	Total	421 428,97	279 804,51
Subsídios de outras entidades			
	Total	0,00	0,00
Doações			
	Total	2 140,23	1 435,36
	Sub Total	2 140,23	1 435,36
	Total	423 569,20	281 239,87

De referir que em 2023 todos os subsídios recebidos pela Instituto Segurança Social (ISS) referente aos acordos celebrados entre a Santa Casa da Misericórdia de Mora e o Instituto da Segurança Social encontravam-se registados na conta de subsídios. No entanto no final do ano de 2023, os mesmos foram reclassificados como prestação de serviços em consequência da FAQ 39 da Comissão de Normalização Contabilística¹, tendo os valores de 2022 sido reexpressos para mantermos a comparabilidade entre os exercícios.

A entidade reconheceu, nos períodos de 2023 e 2022 os seguintes subsídios e donativos em espécie / dinheiro:

Descrição	Unidade Monetária: Euros	
	2023	2022
Subsídios e outros apoios de entidades públicas	421 428,97	279 804,51
Donativos em Espécie /dinheiro	2 140,23	1 435,36
Total	423 569,20	281 239,87

¹ Pergunta 39: Qual o enquadramento das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação entre o Estado e entidades do setor não lucrativo, para fazer face a respostas sociais? Resposta: Relativamente ao enquadramento das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação entre o Estado e entidades do setor não lucrativo, para fazer face a respostas sociais, considera a CNC que:

a) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), está-se perante uma prestação de serviços (Conta 72), devendo a entidade proceder à apropriada divulgação no Anexo da decomposição da origem dos réditos;

b) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuída tendo em vista suportar os custos de funcionamento (acordos atípicos), está-se perante um subsídio à exploração (Conta 75).

https://www.cnc.min-financas.pt/faqs_empresa.html - (Aprovado pelo CNCE em 24 de novembro de 2023)

13. Imposto sobre o Rendimento

A Instituição está isenta de IRC nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 10º do CIRC.

14. Benefícios dos empregados

Os benefícios de empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal, isenção de horário de trabalho, abono para falhas, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Mesa Administrativa.

As obrigações decorrentes dos benefícios são reconhecidas como um gasto no período em que os serviços são prestados.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31 de Dezembro de 2023 foi cerca de 160 colaboradores entre efetivos e os restantes colaboradores justificados com compensação de baixas, licenças de maternidade, férias e higienização de espaços. Em 31.12.2023 foram cessados contratos a termo incerto por já não se justificarem de acordo as normas definidas pelas Direção Geral de Saúde devido à pandemia Covid-19, bem como outros contratos a termo incerto por regresso de colaboradoras que se encontravam em licença de maternidade. Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

GASTOS COM PESSOAL	Unidade Monetária:	
	Euros	
Descrição	2023	2022
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao Pessoal	2 355 879,58	2 130 200,62
Encargos sobre as Remunerações	484 746,80	458 938,58
Seguros Acidentes Trabalho Doenças Prof.	23 053,33	19 910,79
Outros Gastos com o Pessoal	18 827,43	108 775,74
Total	2 882 507,14	2 717 825,73

- a) Quantias dos adiantamentos e dos créditos concedidos, taxas de juro, principais condições e quantias reembolsadas, amortizadas ou objeto de renúncia.

Não foram efetuados quaisquer tipos de adiantamentos a membros dos Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Mora, como sejam os membros da Assembleia Geral, a Mesa Administrativa e Conselho Fiscal.

- b) Compromissos assumidos em seu nome a título de garantias de qualquer natureza, e quantia global para cada categoria.

Não existem compromissos assumidos em nome dos membros dos Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Mora.

- c) Remunerações dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão.

Os Órgãos Sociais em funções foram eleitos em 15 de dezembro de 2023 para o quadriénio 2024 a 2027. Os Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Mora não são remunerados.

Mais se informa que, o número de membros dos Órgãos Sociais nos períodos de 2022 e 2023 foram respetivamente:

- Mesa da Assembleia Geral: 3 membros efetivos;
- Mesa Administrativa: 7 membros efetivos e 4 membros suplentes;
- Conselho Fiscal: 3 membros efetivos e 3 membros suplentes.

15. Ativos Biológicos

i. Ativos Biológicos de Produção

Ativos mensurados ao custo menos depreciação acumulada conforme paragrafo 31 da NCRF 17, corresponde ao Montado plantado (sobreiros) ao abrigo do projeto "RURIS", não tendo tido qualquer amortização por estar em fase de crescimento não tendo por isso atingido a maturidade para produção. Estes valores são apresentados no Balanço, na rubrica de Ativos Fixos Tangíveis, conforme Nota 4.2.

ii. Ativos Biológicos consumíveis

Os ativos são mensurados em todas herdades de acordo com o §20.3 e seguintes da NCRF-ESNL, ou seja justo valor (mercado SIMA) menos custos de extração, que corresponde a 29€/@.

Plantas cortiça, o método utilizado para valorização do fruto pendente é feito pelo sistema de nonos à data da valorização tendo em conta a projeção da quantidade de arrobas da última tiragem de cortiça. Este valor está incluído na rubrica de inventários conforme Nota 9.

ATIVOS BIOLÓGICOS CONSUMÍVEIS					Unidade Monetária: Euros
Ativos Biológicos Consumíveis	Inventário em 01/01/2023	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2023	
Cortiça					
H Pincaros e Gralheira	849 246,43		-85 017,36	764 229,07	
H Barroca	182 232,92		-167 985,63	14 247,29	
H Pinçalinhos	888 774,31		-627 066,58	261 707,73	
Total	1 920 253,66	0,00	-880 069,57	1 040 184,09	

					Unidade Monetária: Euros
Ativos Biológicos Consumíveis	Inventário em 01/01/2022	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2022	
Cortiça					
H Pincaros e Gralheira	712 083,26		137 163,17	849 246,43	
H Barroca	117 036,12		65 196,80	182 232,92	
H Pinçalinhos	916 526,83		-27 752,52	888 774,31	
Total	1 745 646,21	0,00	174 607,45	1 920 253,66	

16. Outras Divulgações

Valor anual do Revisor Oficial de Contas.

Descrição	2023	Unidade Monetária: Euros
		2022
Revisor Oficial de Contas	4 000,00	4 000,00
Total	4 000,00	4 000,00

17. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Acontecimentos após data do Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Mesa Administrativa no dia 18 de Março de 2023.

17.2 Créditos a receber (Clientes e Utentes)

Para os períodos de 2023 e 2022 a rubrica encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2023	Unidade Monetária: Euros
		2022
CRÉDITOS A RECEBER (CLIENTES E UTENTES)		
Clientes e Utentes c/c	362 711,78	411 055,49
Clientes	205 091,30	229 847,69
Utentes	157 620,48	181 207,80
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	141 281,42	138 750,59
Clientes	30 153,10	25 173,10
Utentes	111 128,32	113 577,49
Total	221 430,36	272 304,90

17.3 Outros Ativos Correntes

A rubrica "**Outros Ativos Correntes**" tinha em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a seguinte decomposição:

OUTROS ATIVOS CORRENTES		Unidade Monetária: Euros	
Descrição	2023	2022	
Adiantamentos ao pessoal	660,97	1 722,24	
Fornecedores a Débito	2 943,46	1 718,45	
Devedores por acréscimos de rendimentos	107 299,48	99 278,04	
Outros Devedores	459 995,08	996 477,64	
Total	570 898,99	1 099 196,37	

17.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "**Diferimentos**" englobava os seguintes saldos:

DIFERIMENTOS		Unidade Monetária: Euros	
Descrição	2023	2022	
Gastos a reconhecer			
- Seguros	10 603,43	11 826,02	
- Outros	0,00	772,14	
Total	10 603,43	12 598,16	
Rendimentos a reconhecer			
- IEFP - Estágios Ativar	0,00	5 060,27	
- Programa Pares	321 062,04	522 669,00	
- Viaturas PRR	0,00	25 000,00	
- Poise - CLDS 4G	0,00	196 290,42	
- Subsídios IFAP	24 644,25	153 094,18	
- Fundo Rainha D. Leonor	0,00	150 000,00	
- Amorim Florestal SA	0,00	163 000,00	
- Acordos ISS	23 088,82	65 843,77	
Total	368 795,11	1 280 957,64	

17.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "**Caixa e Depósitos Bancários**", a 31 de dezembro de 2022 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

CAIXA E DEPOSITOS BANCARIOS		Unidade Monetária: Euros	
Descrição	2023	2022	
Caixa	2 756,72	1 768,38	
Depósitos à ordem	973 164,18	1 031 359,61	
Depósitos a prazo	360 000,00	370 000,00	
Outros	0,00	0,00	
Total	1 335 920,90	1 403 127,99	

17.6 Fundos Patrimoniais

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais.

FUNDOS PATRIMONIAIS				Unidade Monetária: Euros
Descrição	Saldo em 01/01/2023	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31/12/2023
Fundos	5 768 976,13			5 768 976,13
Resultados transitados	7 472 190,68		-303 958,41	7 168 232,27
Outras variações nos fundos patrimoniais	861 403,63	480 848,86		1 342 252,49
Resultado Líquido do Período	-303 958,41	-973 298,64	303 958,41	-973 298,64
Total	13 798 612,03	-492 449,78	0,00	13 306 162,25

FUNDOS PATRIMONIAIS				Unidade Monetária: Euros
Descrição	Saldo em 01/01/2022	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31/01/2022
Fundos	5 768 976,13			5 768 976,13
Resultados transitados	7 363 005,36	109 185,32		7 472 190,68
Outras variações nos fundos patrimoniais	890 575,43		-29 171,80	861 403,63
Resultado Líquido do Período	109 185,32	-109 185,32	-303 958,41	-303 958,41
Total	14 131 742,24	-0,00	-333 130,21	13 798 612,03

As Outras Variações nos Fundos Patrimoniais dizem respeito ao reconhecimento dos subsídios ao investimento. Os subsídios ao investimento estão associados a ativos fixos tangíveis e intangíveis, que são transferidos numa base sistemática, a rendimentos, à medida que são contabilizadas as depreciações do investimento a que dizem respeito.

17.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "**Fornecedores**" é discriminado da seguinte forma:

FORNECEDORES		Unidade Monetária: Euros
Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c	65 026,41	69 390,57
Total	65 026,41	69 390,57

17.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "**Estado e outros Entes Públicos**" apresenta a seguinte discriminação:

ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS		Unidade Monetária: Euros
Descrição	2023	2022

ATIVO		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	3 615,92	6 435,44
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Total	3 615,92	6 435,44
PASSIVO		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	15 403,63	1 435,24
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	14 523,31	16 712,81
Segurança Social	54 527,57	52 641,50
Total	84 454,51	70 789,55

17.9 Outros passivos correntes

A rubrica "**Outros passivos correntes**" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	OUTROS PASSIVOS CORRENTES				Unidade Monetária: Euros
	2023		2022		
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	
Pessoal	0,00	23 907,11	0,00	686,66	
Clientes /Utentes	0,00	25 496,30	0,00	15 677,45	
Fornecedores de Investimentos	0,00	104 500,00	0,00	117 700,00	
Credores por acréscimos de gastos	0,00	333 852,43	0,00	281 967,79	
Outros credores	0,00	21 253,38	0,00	26 290,21	
Total	0,00	509 009,22	0,00	442 322,11	

Na rubrica de credores por acréscimo de gastos, estão contemplados os valores das férias e subsídios de férias respeitantes a 2023, mas que só serão pagos em 2024, bem como outros gastos correntes (luz, água, comunicações) que se reportam a 2023 mas as faturas estão datadas de 2024.

17.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "**Fornecimentos e serviços externos**" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foi a seguinte:

Descrição	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		Unidade Monetária: Euros
	2023	2022	
Serviços especializados	594 962,23	338 886,32	
Materiais	36 228,63	29 471,24	
Energia e fluidos	193 290,06	196 235,79	
Deslocações, estadas e transportes	284,14	426,87	
Serviços diversos	47 299,77	40 734,38	
Total	872 064,83	605 754,60	

17.11 Aumentos / Reduções de justo valor

O aumento / redução justo valor:

JUSTO VALOR		Unidade Monetária: Euros	
Descrição	2023	2022	
Perdas por Reduções Justo Valor	-324,20	-1 931,63	
Ganhos por Aumentos Justo Valor	142,85	120,34	
Total	-181,35	-1 811,29	

17.12 Outros rendimentos

A presente rubrica divide-se como segue:

OUTROS RENDIMENTOS		Unidade Monetária: Euros	
Descrição	2023	2022	
Rendimentos Suplementares	4 532,09	3 420,61	
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 086,63	1 501,28	
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	44 049,41	97 327,16	
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	359 870,02	339 371,46	
Outros rendimentos e ganhos	52 693,71	40 717,33	
Juros de Depósitos Bancários	25,41	57,34	
Total	462 257,27	482 395,18	

17.13 Outros gastos

Esta rubrica encontra-se dividida da seguinte forma:

OUTROS GASTOS		Unidade Monetária: Euros	
Descrição	2023	2022	
Impostos	10 439,84	9 527,00	
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	1 907,18	0,00	
Outros Gastos e Perdas	31 888,69	34 122,07	
Total	44 235,71	43 649,07	

17.14 Gastos Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos relacionados com juros e similares:

GASTOS FINANCEIROS	Unidade Monetária: Euros	
	2023	2022
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	344,65	399,54
Resultados financeiros	-344,65	-399,54

17.15 Partes relacionadas

Subsidiária: Farmora – Sociedade Unipessoal, Lda. (NIF 510.061.478)

Percentagem de capital: 100% quotas

Resultado Líquido do período de 2023 = 44 049,41 €

Resultado Líquido do período de 2022 = 95 910,53 €

Associada: Socimora – Sociedade Cinegética de Mora Lda. (NIF: 502.682.167)

Percentagem de capital: 30% quotas

Resultado Líquido do período de 2023 = (1 907,18 €)

Resultado Líquido do período de 2022 = 1 416,36 €

Nestas entidades é aplicado o Método da Equivalência Patrimonial, conforme nota 3.1.4.

Os valores do Resultado Líquido do Período das entidades acima identificada encontram-se registado na 7851 o valor de 44 049,41 € e na conta 6852 o valor 1 907,18 € e, por conseguinte, por a entidade aplicar o SNC-ESNL, surge na Demonstração de Resultados nas linhas "Outros Gastos" (nota 17.13) e "Outros Rendimentos" (nota 17.12).

As transações com as partes relacionadas são as seguintes:

Transações com Partes Relacionadas	Unidade Monetária: Euros			
	Compras	Rendas / Prestação Serviços	Compras	Rendas / Prestação Serviços
	2023	2023	2022	2022
Subsidiária				
Farmora, Lda.	47 050,77	63 074,52	48 299,34	65 555,52
Associada				
Socimora Lda.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras				
Nefrocórdia SA	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	47 050,77	63 074,52	48 299,34	65 555,52

Os saldos entre partes relacionadas apresentam-se como se segue:

Unidade Monetária: Euros

Saldos Pendentes com Entidades Relacionadas	Empréstimos		Fornecedores	
	2023	2023	2022	2022
Subsidiária				
Farmora, Lda.	0,00	2 702,01	50 000,00	3 447,87
Associada				
Socimora Lda.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras				
Nefrocórdia SA	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	2 702,01	50 000,00	3 447,87

17.16 Aplicação de Resultado Líquido do Período

No uso da sua competência legal e estatutária, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Mora, propõe que a Assembleia Geral delibere que o Resultado Líquido do Período de 2023, no montante de (973 298,64 €), seja transferido para Resultados Transitados.

Mora, 18 de Março de 2024
A Contabilista Certificada

A Mesa Administrativa

Maíra do Conceição Martins Teles

Paul. Pinto
Ator
António
Fernando Manuel Marques Brito
João
João